



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
3ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0706447-92.2019.8.01.0001
Classe Procedimento Comum
Autor Jardel Melo de Lima
Réu Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Sentença

Trata-se de embargos de declaração manejados em face da sentença prolatada (fls. 146/153) nos autos.

O embargante, aduz que a sentença tem omissões no tocante à data inicial do cômputo dos juros de mora relativo às despesas médicas. Assevera que deve ser aplicada a Súmula 426 do STJ, devendo os juros incidir a partir da citação.

Afirma ainda que não houve informação a respeito da incidência de correção monetária, requerendo que não haja incidência por não haver previsão legal para tanto.

É o breve relatório. Decido.

Recebo os embargos de declaração interpostos, vez que tempestivos e de fato houve omissão no julgado no tocante à correção monetária e juros de mora incidentes sobre os danos materiais.

Portanto, **acolho em parte os embargos declaratórios** para declarar a seguinte redação aditiva à fundamentação e dispositivo da sentença de fls. 146/153:

"Trata-se no caso em concreto de danos materiais relativos às despesas médico- hospitalares dispendidas pela parte autora. Tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros de mora fluem a partir do evento danoso, de acordo com o art. 398 do Código Civil e Súmula 54 do STJ.

No tocante à correção monetária, esta incide a partir do efetivo prejuízo, com fulcro na Súmula 43 do STJ."



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
3ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Publique-se. Intimem-se.

Rio Branco-(AC), 06 de fevereiro de 2020.

Zenice Mota Cardozo
Juíza de Direito